

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO PROCESSO DE MUDANÇA

UTZIG, Antonia Angelina Basanella¹

UTZIG, Gilmar²

toninha1970@hotmail.com

gilmarutzig@hotmail.com

RESUMO: Avaliação institucional constitui-se, na atualidade, assunto de crucial importância para as Instituições de Educação Superior, face ao crescente interesse e necessidade da eficiência institucional e melhoria da qualidade. O presente trabalho enfoca a necessidade de que as Instituições se conscientizem da importância da Avaliação Institucional, e que tenham clareza quanto aos objetivos que almejam, e se torne uma prática contínua. Perante uma sociedade que apresenta características marcantes de um cenário complexo e desafiador, instigada pela onda da globalização destaca-se o avanço técnico-informacional, que não resolveram questões como a persistência do desemprego, da fome, da violência, da miséria, da desigualdade e da exclusão social, apesar da implementação demagógica de modelos de desenvolvimento econômico e social que se anunciam como respostas definitivas para todos os males. Nesse âmbito a educação, mais do que o ensino ou o treinamento, pode possibilitar o desenvolvimento do procedimento de mudança econômica e tecnológica no qual se constitui o apelo contemporâneo da sociedade e do modelo civilizatório em que estamos imersos. Dias Sobrinho (2000, p. 22) ressalta dizendo que “uma educação de qualidade exige inserção ativa e crítica do mundo social em vertiginosa mudança”. O ensino não é superior por atribuir graus; mas é por ser superior que pode atribuir graus. Sem dúvida este trabalho incompleto em relação aos Padrões de Qualidade e Condições de Ensino tão mutáveis, provocadores de tantas polêmicas, já nos oferece, com limpidez, que não estamos medindo a qualidade, mas, sim, confundindo as instituições acadêmicas que se destinam a oferecer um ensino de qualidade. Diante disso temos a consciência de que uma reforma do ensino superior só é possível mobilizando toda a sociedade, em particular, os docentes, os estudantes, os funcionários e a opinião pública.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Mudança. Qualidade.

EVALUACIÓN INSTITUCIONAL COMO PROCESO DE CAMBIO

RESUMEN: Evaluación institucional se constituye, en la actualidad, asunto de crucial importancia para las Instituciones de Educación Superior, faz al creciente interés y necesidad da eficiencia institucional y mejoría de la calidad. El presente trabajo enfoca la necesidad de que las instituciones busquen se concienciar de la importancia de la evaluación institucional, que tengan clareza cuanto a los objetivos a que aspiran y que esto se convierta en una práctica continua. Frente a una sociedad que presenta características marcadas por un escenario complejo y desafiador, instigada por la ola de la globalización, se destaca el avance técnico-informacional, que no resuelven cuestiones como la persistencia del desempleo, del hambre, de la violencia, de la miseria, de la desigualdad y de la exclusión social, a pesar de la implementación demagógica de modelos de desarrollo económico y social que se anuncian como respuestas definitivas para todos los males. En ese ámbito, la educación, más que la enseñanza o el entrenamiento, puede posibilitar el desarrollo del procedimiento de cambio económico y tecnológico en lo cual se constituye el apelo contemporáneo de la sociedad y del

¹Mestranda do Curso de Pós-Graduação (*Stricto - Sensu*) em Educação da Universidade regional de Blumenau-SC – FURB.

² Mestrando do Curso de Pós-Graduação (*Stricto-Sensu*) em Educação da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

modelo civilizatorio en que estamos inmersos. Dias Sobrinho (2000, p. 22) resalta que “una educación de calidad exige inserción activa y crítica del mundo social en vertiginoso cambio”. La enseñanza no es superior por atribuir grados; pero es por ser superior que puede atribuir grados. Sin embargo, ese trabajo incompleto en relación a los Padrones de Calidad y Condiciones de Enseñanza tan mutables, provocadores de tantas polémicas, ya nos ofrece, con limpidez, que no estamos midiendo la calidad, pero, sí, confundiendo las instituciones académicas que se destinan a ofrecer una enseñanza de calidad. Frente a este, tenemos la conciencia de que una reforma do enseñanza superior sólo es posible si se movilizar toda la sociedad, en particular, los profesores, los estudiantes, los funcionarios y la opinión pública.

Palabras-clave: Evaluación Institucional. Cambio. Calidad.

1. PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

É no contexto da reforma da educação profissional pós LDB 9394/96 que se situa a avaliação institucional, constituindo-se num elemento das políticas educacionais nacionais. A Avaliação Institucional, nesse sentido, é instituída para atuar como meio de análise dos pressupostos e condicionantes da exequibilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA) que deve ser desenvolvida no interior de cada Instituição de Educação Superior (IES), de tal forma a contribuir para a elaboração do planejamento escolar e do projeto político pedagógico.

Destarte, avaliação pressupõe juízo de valor, sendo importante analisar a avaliação sob dois prismas: o da verificação e o da avaliação propriamente dita. A história da avaliação das instituições segue duas vertentes: a da emancipação e a da regulação. Essa opressão vem do interior da instituição e também é exercida pelo público externo e pelos órgãos estatais e de fomento, os quais interferem e atuam no dimensionamento e no direcionamento da metodologia e das conclusões dos programas avaliativos. Considera-se importante e necessária a avaliação Institucional, mas acima de tudo, à necessidade de uma reformulação nas diretrizes educacionais para o Brasil, pelo fato da LDB de 1961 ter sido mutilada pelos militares, deixando assim a educação brasileira como uma nau sem rumo. Já de acordo com a LDB de 1996 (lei 9.394/96), no artigo 9º incisos VI e VIII, atribui-se à União, a responsabilidade para com a avaliação das instituições de educação,

objetivando assegurar “a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” em todos os níveis.

Cumprindo essa determinação legal e valendo-se da competência técnica e da experiência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Ministério da Educação (MEC) e as Secretarias Estaduais desenvolvem avaliação quantitativa dos cursos fundamental e médio, nas séries terminais usando como referencial básico a aprendizagem.

Para a atribuição de conceito de qualidade do ensino e das instituições escolares existe atualmente um programa de avaliação que comporta os seguintes itens quanto à avaliação Institucional: O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) - avaliando os alunos da 4ª e da 8ª série do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio; o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – avaliando alunos concluintes do ensino médio, e a partir de 2002 entrou em ação a avaliação dos jovens e adultos.

Para a avaliação do Ensino Superior, o Brasil desenvolveu inicialmente o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB-1994) que se caracterizou como um programa por meio do qual, de forma voluntária, as IES desenvolviam uma avaliação institucional própria e particular no qual valorizavam suas especificidades de ensino de acordo com a sua identidade. Esse programa foi extinto e substituído pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

A primeira avaliação do ensino superior instituída pelo MEC, além do PARU - Programa de Avaliação da Reforma Universitária - que, ao contrário da experiência da Capes na pós-graduação, propunha uma avaliação menos quantitativa, e desta forma teve vida breve, pois, resultou em pouca importância no cenário das universidades brasileiras, não deixando marcas significativas -, ocorreu na Universidade de Brasília (UNB), com a participação da ANDES³ e da ABRUEM⁴ em 1986, envolvendo cursos de graduação.

³ Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

⁴ Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM

As funções da avaliação são duas em potencial: a classificação e o diagnóstico. Segundo Contreras (2002) o modelo de avaliação democrático orienta-se para a defesa da autonomia e da capacidade de autogoverno das instituições e de certa forma ele contempla principalmente a avaliação diagnóstica e nela temos a avaliação dialógica baseada nos ideais do educador brasileiro Paulo Freire, a qual rompe com o caráter punitivo que caracteriza a avaliação numa concepção bancária e burocrática da escola. A avaliação dialógica, leva em conta o funcionamento da escola democrática, a partir de uma estrutura colegiada, exigindo novos meios e nova mentalidade de avaliação. Com essa posição a avaliação dialógica se coloca a serviço de um projeto pedagógico comprometido com as variáveis do meio sócio-cultural onde a instituição está inserida, assim como com as variáveis determinantes do modo, na perspectiva de possibilitar a emancipação dos sujeitos e do meio, como interação da pessoa.

A avaliação dialógica é por isso transdisciplinar, isto é, considera o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos na pluralidade integrada das disciplinas do currículo escolar como um todo. Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Dessa feita avaliação participativa significa um processo que requer compromissos e busca de amplos acordos na comunidade universitária.

A avaliação, dessa forma, se caracteriza como participativa se e quando sua prática faz aproximações à vivência de uma democracia direta, uma democracia forte no seu sentido mais primitivo, ou seja, do governo da maioria. Dessa forma, a avaliação participativa se mostra como emancipatória ao assumir numa nova ética, que avalia participativamente no sentido da construção e da conscientização, na busca da autocrítica e do autoconhecimento de todos os envolvidos no ato educativo, investindo em autonomia, envolvimento, compromisso e emancipação dos sujeitos.

1.1 A AUTO-AVALIAÇÃO COMO CONHECIMENTO DA REALIDADE INSTITUCIONAL

A avaliação da instituição é um componente que confere estrutura e coerência ao processo administrativo que se desenvolve nas IES, integrando todos os seus componentes. Apesar do que já foi destacado, na avaliação encontramos dificuldades e resistências que podemos chamar de mitos e armadilhas. Garcia (2001) alerta para o que vem sendo denominado de mitos da avaliação, qualificando-os como o mito da facilidade e da impossibilidade: o mito da facilidade é resultante do desconhecimento da complexidade envolvida no processo, fazendo com que este seja, muitas vezes, entregue a equipe ou pessoas de boa vontade, mas sem o devido preparo. Contudo, Barreto (1993) nos adverte que a avaliação tem suas armadilhas sendo uma delas justamente a armadilha instrumental. Um instrumento mal elaborado e impreciso acarreta prejuízo aos resultados da avaliação, da mesma forma que o caráter participante dessa avaliação deve ter seu equivalente metodológico, senão há o comprometimento do processo avaliativo em dar voz aos atores institucionais.

Uma metodologia adequada, na perspectiva de um contexto maior, pautada no bom senso, com boa fundamentação teórica e calcada na dialogicidade e na responsabilidade, pode permitir a ampliação da compreensão da realidade a ser avaliada.

Assim como uma pedra jogada na água torna-se centro e causa muitos círculos, e o som se difunde no ar em círculos crescentes, assim também qualquer objeto que for colocado na atmosfera luminosa propaga-se em círculos e preenche os espaços em sua volta com infinitas imagens de si, reaparecendo em toda e em cada uma das suas múltiplas partes. (Leonardo da Vinci)⁵

Figura 1 – Representação da difusão e propagação da avaliação.

⁵ Dos Cadernos de Leonardo da Vinci (1452-1519) – *Biblioteca do Institut de France, Paris*. Fonte: OSTROWER, Fayga. **A Sensibilidade do Intelecto**. 5ªEd. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998 – p. XV.



Fonte: <http://benckscafe.blogspot.com/2009/07/e-fisica-depois-de-um-impacto-o.html>

De acordo com a citação de Da Vinci, comparamos a propagação da avaliação como uma pedra jogada na água. Na figura 5 a avaliação é vista como (pedra) como centro, o diagnóstico, (o barulho), o *feedback*, e as transformações (as ondas), vistas por todos. Sendo assim, não podemos silenciar a avaliação, muito menos seus diagnósticos, e seus resultados, devemos propagar de maneira que todos percebam o porquê de sua existência.

2. HISTÓRIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO BRASIL.

A partir da Lei nº 9131/95 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/1996 foram implementados novos modos de avaliação que se contraporiam ao PAIUB para o qual 71 Universidades submeteram projetos de avaliação à Secretaria de Ensino Superior do MEC (SESU/MEC) com o objetivo de participar dessa experiência conforme relata Ristoff (1994). O ENC foi um exame aplicado aos formandos, no período de 1996 a 2003, com o objetivo de avaliar os cursos de graduação da Educação Superior, no que tange aos resultados do processo de ensino-aprendizagem. O ENC era responsabilidade da Diretoria de Estatística e Avaliação da Educação Superior (DEAES), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

2.1 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (PAIUB)

O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) foi instituído em 1993 atendendo a uma proposta da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. (ANDIFES) ao MEC, para que as universidades criassem sistemas internos de avaliação - com posterior checagem pelos técnicos do MEC - que pudessem auxiliar no processo de aperfeiçoamento da instituição. A ideia do PAIUB era de servir a um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e de prestação de contas da Universidade à sociedade, constituindo-se em uma ferramenta para o planejamento da gestão e do desenvolvimento da educação superior. Dessa forma, o PAIUB estabelecia três fases centrais para o processo a ser desenvolvido em cada universidade: Avaliação Interna, Avaliação Externa e Reavaliação.

Nesse programa o princípio de globalidade institucional correspondia ao dizer da instituição num contexto geral. Uma discussão mais aprofundada tornou-se, de certa forma, desnecessária, quando ficou contemplada a questão da adesão voluntária e da legitimidade e da continuidade do processo. O princípio da continuidade, trás o processo de avaliação, onde era permitida a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos. Esta característica longitudinal da avaliação permitia também testar a própria confiabilidade tanto dos instrumentos quanto dos resultados. Para Ristoff (1997), o PAIUB buscava uma forma de avaliação que poderia fazer justiça ao caráter singular do mundo acadêmico, como um espaço público e livre, reservado ao permanente avanço da arte e da ciência. Na fase da avaliação externa do PAIUB, o próprio grupo da instituição conduzia o processo. Em outras a hegemonia política do processo de formulação da política de avaliação pertencia às lideranças universitárias e assim eles definiram os termos e as condições sob as quais a avaliação deveria ocorrer. (2004, p.5)

O PAIUB teve como proposta criar uma cultura de avaliação nas IES, fazendo com que essa se transformasse em um processo natural, integrado à instituição para melhorar a qualidade das atividades universitárias com a permanente revisão e aperfeiçoamento do projeto pedagógico e revisão do conceito de qualidade que permeava os modelos tradicionais de avaliação da universidade.

2.2 O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

A vida do PAIUB foi muito curta, em termos reais durou menos de dois anos. Com a posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o PAIUB foi progressivamente desconsiderado e oficialmente foi desativado em 2002, pelo Decreto MEC n. 3.860. Surgindo então o Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES) com o propósito da integração das dimensões internas e externas, particular e global, somativo e formativo, quantitativo e qualitativo dos diversos objetivos da avaliação, como base para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira, e para tal foi criada a Comissão Especial de Avaliação (CEA) (2003, p. 61).

O SINAES foi instituído pela Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, fundamentada na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, e contempla uma série de instrumentos complementares como auto-avaliação, avaliação externa, ENADE, avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação como censo e cadastro.

O novo sistema de avaliação da educação superior, consiste em avaliar a aprendizagem em termos de competências e habilidades dos estudantes, no início e no final do curso. Dessa forma foram organizados critérios da avaliação com a qualidade da educação superior que consistem na relevância e na concepção do conhecimento, para viabilizar o desenvolvimento social e científico. No que designa à avaliação, na linha formativa Dias Sobrinho aborda que, para muito além do controle, a avaliação deve buscar expandir sua

função essencialmente educativa, formativa, pedagógica, pró-ativa e construtiva. Por meio do julgamento do passado e percepção do presente é que se consegue ter uma perspectiva para o futuro. Segundo CEA (2003, p.67) “a busca da integração e da globalidade é central para a construção de um sistema de avaliação”.

A legitimidade ética e política nesse contexto precisam fazer parte da avaliação. A qualidade da educação superior como pauta de discussão se perdeu ao avaliar a qualidade dos cursos pelo desempenho dos alunos que os concluíam em um exame nacional comum, que desconsiderou as diferentes orientações das instituições, as suas missões, os seus contextos e principalmente, os conhecimentos e habilidades dos alunos, trazidos da educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões apresentadas, temos a plena convicção de que a qualidade no processo educativo somente se concretiza com oferta de educação de qualidade. Neste contexto, se insere a Avaliação Institucional, que busca, em sua essência, melhorar a qualidade da educação no Brasil.

Com a implantação da Lei do SINAES, é necessário então que aconteça nas IES, um processo de sensibilização de toda a comunidade escolar. Todos devem estar mobilizados para que os resultados sejam reais, e os mesmos sejam discutidos, refletidos, com objetivo de melhoria na qualidade do ensino.

Portanto, a avaliação institucional deve ser percebida nas IES, como um instrumento de natureza democrática e participativa, sendo capaz de subsidiar os gestores com informações confiáveis para que tenham possibilidade de implementar as mudanças, visando o aperfeiçoamento da prática pedagógica e do processo de tomada de decisões. Com isso, busca-se o desenvolvimento de estratégias e diretrizes para o cumprimento da missão da instituição, pois segundo Demo (2003), a condução do

REFERÊNCIAS

BAYER, Ernani. Et.al. **Fala que eu te escuto: a utilização da técnica de pequenos grupos no processo de avaliação institucional de uma universidade privada.** Disponível em: http://www.unigranrio.br/unidades_adm/cpa/downloads/FALA_QUE_EU_TE_ESCUTO_UNIGRANRIO.pdf . Acesso em 17 de agosto de 2010.

BARRETO, José Anchieta Esmeraldo. **Avaliação Mitos e Armadilhas. Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação.** Rio de Janeiro: Fundação CESGRANRIO, n. 1, 1993.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004.

CEA: **Bases para uma nova proposta de avaliação da Educação Superior.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/sinaes.pdf>. Publicado em Março de 2004.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores.** São Paulo, Cortez. 2002
DEMO, P. **Educação e Qualidade.** 8. ed. Campinas: Papirus, 2003.

GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar Avaliações da Ação Governamental.** Texto para discussão N. 776. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2001.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção de informação:** tradução Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira *Thomson Learning*, 2005.

JAPIASSU, Hilton. **Desistir de Pensar? Nem Pensar! Criando o Sentido da Vida num Mundo Funcional e Instrumental.** São Paulo: Ed. Letras & Letras, 2001.

PAIUB. **Documento básico avaliação das universidades brasileiras.** 26/11/1993.

PINTO, Paulo Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** Ed. 15ª. São Paulo. Cortez, 2007.

RISTOFF, D. I. 1997. **Avaliação Institucional e a Mídia. Avaliação.** Raies, Campinas, ano2, n.1(3), p.61-64, mar.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da Educação Superior.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Recebido em 4/5/2009. Aceito em 28/6/2009.